

A educação numa perspectiva social e o mundo multipolar

Oscar Edgardo N. Escobar

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná

RESUMO

A educação representa um processo inerente à sociabilidade humana, não resulta possível, enquanto formação humana, a produção do ser social sem passar pela ação da socialização, os indivíduos se educam, aprendendo normas de conduta, valores, costumes, etc., para poder conviver em comunidade, ninguém escapa a essa forma socialmente instituída ou informal. Portanto, esta é nossa tese principal do trabalho apresentado aqui. A educação numa perspectiva social num mundo multipolar significa que nossa atualidade e todas as dimensões que compõem a sociabilidade humana passam por essa questão fundamental.

Palavras-chave: Educação, Sociedade, Relações econômicas multipolares.

1 INTRODUÇÃO

Ao tomar como análise os processos educacionais não podemos descontextualizá-los, pois, eles refletem a forma como se organiza a sociedade e seus sistemas de trabalho, aqui pretendemos discutir o multilateralismo ou as relações multipolares e as consequências que ele tem para a educação. Na atualidade há um processo de transformador que se estende a todas as esferas da vida social, seja no campo econômico, tecnológico, da informação, nas relações internacionais, entre outros. Está-se gestando um declínio das economias ocidentais e europeias ao mesmo tempo, emerge novas e renovas forças econômicas que aceleram esse processo, todavia, há algo totalmente distinto nessa configuração. A hegemonia do capitalismo clássico e de ocidente está dando lugar a um poder mais equilibrado e equitativo; são blocos econômicos que estão sendo gestados e que tem como elemento central um planejamento organizado e que visa a um desenvolvimento sustentável e compartilhado. China, os Brics e as novas rotas da seda se perfilam como um componente essencial nesse nova cenário intercontinental. Devemos lembrar que este processo é irreversível. Há exemplos históricos que ilustram de forma inegável como ocorreram as transformações de uma sociedade para outra; por exemplo, as forças medievais terão uma existência de séculos e séculos, porém, num determinado momento suas estruturas de poder começaram uma lenta e gradual forma de não conseguir resolver problemas da vida cotidiana, o conjunto de peças que serviam para manter a sua hegemonia e poder já não correspondiam às novas reivindicações da sociedade, assim, o tempo destruiu aquilo que parecia eterno e perene. Na atualidade há pistas que são comuns aos tempos pretéritos, a transformação, Hegel, o grande filósofo saxônico, escrevia com muita razão: “tudo o que existe merece perecer” uma vez que o único que é imutável é a transformação. Eis nosso assunto a seguir.



2 OBJETIVOS

Os objetivos que orientam este projeto de pesquisa fundamentam-se na possibilidade de estudar as mudanças que estão ocorrendo nas sociedades e na economia, principalmente, como estas mudanças afetam ao setor educacional. Para tanto, propomos:

- Investigar as transformações que estão ocorrendo na economia na última décadas e a sua influência nos setores da educação;
- Estudar o papel que o multilateralismo tem na sociedade vigente.

3 METODOLOGIA

Em função dos objetivos propostos, neste projeto de pesquisa documental, serão estudados o Multilateralismo e a sua influência na educação no período da última década.

Os procedimentos adotados para a viabilidade da pesquisa implicaram fazer um levantamento histórico da última década e suas transformações que ocorreram na área da economia e suas consequências no campo educacional, principalmente, com o declínio do mundo unipolar e o aparecimento de forças econômicas que direcionam às sociedades a relações multipolares. Serão pesquisados e analisados documentos que discutam a nova configuração econômica, literatura brasileira, revista científica, material bibliográfico que discutam as questões levantadas, teses que envolvam estas discussões, entre outras fontes. Este estudo pauta-se pelo método do materialismo histórico e da dialética materialista.

4 DESENVOLVIMENTO

4.1 A EDUCAÇÃO COMO FENOMENO SOCIAL

A educação representa um processo inerente à sociabilidade humana, não resulta possível, enquanto formação humana, a produção do ser social sem passar pela ação da socialização, os indivíduos se educam, aprendendo normas de conduta, valores, costumes, etc., para poder conviver em comunidade, ninguém escapa a essa forma socialmente instituída ou informal. Portanto, nós somos aquilo que a sociedade faz de nós. Dessa forma, a educação emerge, com o desenvolvimento das sociedades, elas precisam registrar, introjetar nos seus membros aquilo que a sociedade tem do melhor, este aprendizagem ocorre por toda a vida, desde que nascemos nosso sistema biológico vai-se adaptando às experiências que dominam nosso comportamento social, inclusive nossa própria vida biológica sobre um processo educativo; aprendemos que em certo tempo devemos dormir, levantar, descansar, fazer nossa alimentação em determinadas horas, etc. Eis como define um estudioso sobre este assunto, quando diz:

A realidade da vida cotidiana além disso apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo, um mundo de que participo juntamente com outros homens. Esta intersubjetividade diferencia nitidamente a vida cotidiana de outras realidades das quais tenho consciência. Estou sozinho no



mundo de meus sonhos, mas sei que o mundo da vida cotidiana é tão real para os outros quanto para mim mesmo. De fato, não posso existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação e comunicação com os outros. (...) O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu partilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana (Berger & Luckmann, 1985: 40).

É exatamente por essa razão que, podemos através dessa socialização, educar-nos para viver em sociedade, se está se transforma, também passaremos por essa mudança social, independente de nossa vontade, por isso, podemos afirmar que nós somos aquilo que a sociedade faz de nós.

Na Idade Média a educação adquire um caráter teológico, todas as ações que nutrem a vida cotidiana passam por explicações demiurgos da realidade social, se acontece um problema social (lembrando a Peste Negra de 1348), o mesmo ocorre inevitavelmente por ações externas à condição humana. Assim, os indivíduos encontram a sua força e seu desânimo. Existe toda uma inculcação, por parte dos poderes constituídos, para que os indivíduos se adaptem a essa realidade. As revoluções burguesas destruíram todas essas crenças, hábitos, sistemas de aprendizado, modos de vida e, sobretudo, negaram abertamente essa forma idílica de organizar a vida social, mudou a compreensão dos indivíduos em relação a seu próprio mundo da vida cotidiana, o sagrado foi substituído e interrompido por relações de troca. O conhecimento de outrora foi substituído pela objetividade do mundo real, produziu uma nova forma de organizar as relações humanas e instituiu que os indivíduos poderiam modificar suas condições de vida exclusivamente através de seu trabalho. Eis como um grande teórico e político francês se refere a estes eventos históricos.

A Revolução segue, no entanto, seu curso: à medida que se vê aparecer a cabeça do monstro, que sua fisionomia singular e terrível vai-se descobrindo; que após ter destruído as instituições políticas suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis, os usos, os costumes e até a língua; quando, após ter arruinado a estrutura do governo, mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando essa mesma Revolução expande-se rapidamente para fora com procedimentos desconhecidos, táticas novas, máximas mortíferas, opiniões “armadas” (...) um poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra coroas, esmaga os povos e – coisa estranha! – chega ao mesmo tempo a ganha-los à sua causa (Tocqueville, 1981: 52).

Nesta passagem, pode-se observar toda a transformação que ocorre numa sociedade para outro tipo de vida, completamente distinto às relações anteriores. A transformação é completa, a própria educação que possuía um viés escolástico é substituída por um aprendizado laico, sem qualquer interferência dos poderes anteriores. O conhecimento científico será a marca de esta nova forma de sociabilidade. Não é sem razão que, muitos pensadores e cientistas sociais afirmam que a burguesia, enquanto classe dominante em ascensão, cumpria um papel eminentemente revolucionário e desafiar; é bom e frisar que este processo perdurara somente até meados do século XIX.

Portanto, de um modo geral, a educação vá-se transformando num instrumento de adaptação a esta nova realidade que está em curso, aqui vá criando-se uma visão social de mundo na qual o trabalho



aparecerá como uma forma de modificar a vida social subjetiva, é através do trabalho que se pode prosperar. Há uma crescente e sistemática ideologização da vida humana a modo de ocultar a expropriação do trabalho alheio. Os próprios sistemas de aprendizagem passam por esse filtro ideológico. Começa-se a formar uma crença que a sociedade é assim por que deve ser, isto é, se educa para que o mundo social aparece como uma forma natural de ser; por exemplo, a teoria científica de Darwin (1859): “A Origem das Espécies” sofreu uma profunda deformação quando é transferida para a análise da sociedade; a desigualdade social é explicada como um atributo subjetivo, assim, se oculta e se exclui o papel social que é determinante para a produção desta situação humana; Inclusive, mas tarde, essas teorias contribuíram para o desenvolvimento da demagogia social do fascismo e da pseudociência eclética¹. Por conseguinte, há uma nítida fuga de desvendar a realidade e as análises começam com uma superficialidade, já não é possível encontrar uma honestidade teórica do mundo cotidiano, os teóricos honestos e brilhantes são rebaixados e excluídos da circulação de seu pensamento social; a educação será afetada por esta ação dos elementos culturais

4.2 A EDUCAÇÃO COMO FENOMENO DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Para a maioria dos pesquisadores que estudam o fenômeno educativo são unânimes em afirmar que este importante processo de formação está relacionado à forma como se organiza a sociedade num determinado período social, podemos ler na seguinte afirmação:

Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta ou indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objetivo da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (...) Se a educação não fosse dotada de identidade própria, seria impossível a sua institucionalização. Nesse sentido, a escola configura uma situação privilegiada, a partir da qual se pode detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da prática social global (Saviani, 2013, 13).

Considerando essa observação, o ato educativo transcende todas as esferas da sociedade, tanto a nível formal quanto informal. Nos encontramos em contínuo processo de aprendizagem, o mesmo nasce das necessidades de produzir nossa existência social para poder lidar e contribuir nas relações coletivas de desenvolvimento. Portanto, a educação não se limita ao ensino, à aprendizagem em sala de aula, aliás, essas ações que se operam nos espaços escolares demandam as necessidades que são colocadas pela sociedade como foi vista acima na discussão. O próprio sistema jurídico acentua a necessidade de desenvolver

¹ “A burguesia tomava consciência, com razão, de que todas as armas que havia forjado contra o feudalismo voltavam-se contra ela; que toda a cultura que havia produzido rebelava-se contra sua própria civilização; que todos os deuses que criara a haviam renegado” (Lukács, 1981: 110)



conteúdos e conhecimentos que estejam além da dimensão puramente conceitual, isto é, que os mesmos favoreçam saberes trazidos pelos alunos e alunas fora do âmbito institucional para possibilitar a socialização e a introjeção pois, desse modo, estar-se-ia produzindo um pensamento crítico e inovador.

É preciso considerar que os espaços educativos, são ambientes privilegiados onde ocorre a aquisição dos meios que possibilitem pensar melhor o mundo na qual estamos inseridos. Essa formação humana e social terá sucesso ou seu contrário, na medida que oferece um conhecimento objetivo e científico da realidade social, deve ir ao encontro dos problemas e suas soluções que viabilizem o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas que envolvam este tipo de trabalho. Assim, se estará projetando um tipo de sociedade que permita a inclusão de todo o coletivo. A educação tem esse projeto como objetivo principal. Devemos recordar que a sociedade de uma época resultara distinta daquela de sua antecessora. É exatamente por essa razão que, a cultura², a economia, as formas que instituem um sistema jurídico legítimo se alteraram e mudam conforme as necessidades que o momento histórico considera mais adequado. São os indivíduos que fazem a história, não do modo que gostariam, mas das condições objetivas e reais que esse momento produziu.

O ato educacional não é uma realidade externa que conserva uma existência própria, mas como uma relação social entre os indivíduos e as classes sociais distintas, uma expressão da forma simbólica ou da consciência da própria sociedade e, ainda, uma ação social que se desenvolve em sintonia com as outras dimensões que formam a vida social. Portanto, configura uma realidade que permite, a cada indivíduo social, sua participação na coletividade e na própria formação da sua individualidade. Segundo essa perspectiva, as ações educativas não podem ser compreendidas isoladamente, elas expressam as preocupações de uma sociedade, eis o que se pode constatar na seguinte passagem da obra escrita em 1859, está expressa o fio condutor das suas pesquisas: Para a crítica da economia política, afirma ele:

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 1991, 29-30).

Aqui encontramos uma apreciação científica da forma como se organiza a sociedade e, nos possibilita compreender a própria construção humana como um processo exclusivamente coletivo, a honestidade teórica do autor permite revelar a verdadeira convicção ao nos apercebermos como atores e

² Conceitualmente podemos entender essa categoria como sendo: “A cultura de um indivíduo depende da cultura de um grupo ou de uma classe, e que a cultura de um grupo ou de uma classe depende da cultura do conjunto da sociedade à qual pertence aquele grupo ou aquela classe (Eliot, 2011: 23).



construtores de uma realidade que sempre está em movimento e numa constante transformação. Com o declínio histórico da classe social burguesa surge a necessidade de uma análise superficial e pseudocientífico a modo de ocultar as origens dos problemas que surgem dessas relações de classe e que afetam nosso cotidiano da vida social. Independentemente, do acordo ou desacordo dessas apreciações, elas conseguiram representar uma revolução na produção do pensamento científico social e das ciências naturais.

4.2.1 O declínio da sociedade moderna e o mundo multipolar: primeiras aproximações.

De um ponto de vista amplo, torna-se verdade que o sistema capitalista não inventou a exploração e a opressão para o conjunto da sociedade, antes dele, as sociedades que a antecederam, também, exerceram uma forte repressão e censura a quem ousa-se levantar-se contra o poder constituído, porém, as transformações ocorreram a revelia das classes que detinham uma posição privilegiada na estrutura social, a história evidencia a resolução de problemas que pareciam insuperáveis num determinado contexto. O último esforço de minorar os males sociais que resultam da relação trabalho e capital, foram amplamente utilizados no denominado Bem Estar Social, ou seja, com a intervenção do Estado procura-se equalizar a produção da riqueza social, em outras palavras:

O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar foi a última manifestação dessa lógica, que só se tornou viável em um número restrito de países. Ele foi limitado pelas tantas *condições favoráveis* de expansão capitalista nos países envolvidos, pré-condição para o surgimento do Estado de Bem-Estar, como pela escalada de tempo, marcada ao fim pela pressão da “direta radical” em torno da completa liquidação desse Estado, nas três últimas décadas, em razão da crise estrutural generalizada do sistema do capital (Mészáros, 2007, 123, grifos do autor).

Além disso, na atualidade a maioria dos países estão sob a tutela de um neoliberalismo que coloca a vida humana num patamar insustentável de vida, as próprias perspectivas de trabalho adquirem contornos sombrios e de tempos difíceis. Também, neste cenário contraditório os povos vão aprendendo com estas experiências a mudar essa situação que tende a se agravar cada vez mais, enquanto alternativa genuína e de alcance prático vá em franca ascensão um cenário totalmente distinto. O mundo multipolar ou o multilateralismo é uma força política e econômica irreversível de nosso tempo histórico. A partir daqui, trataremos desse assunto.

O multilateralismo foi uma criação que surgira após a Segunda Guerra mundial (1940-1945) na configuração da reestruturação promovida pelos Estados Unidos frente aos avanços dos países que tinham optados por organizações socialistas; neste contexto, é criado o Fondo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) e surge o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio Internacional (GATT). Esta organização econômica ocidental servira como um espaço para negociações multilaterais sobre as regras para o comércio entre as nações membras, também, servira como um instrumento de influência para isolar



os países socialistas. Portanto, em princípio resultara em uma cooperação entre países membros no contexto das relações internacionais, possuirá como característica principal a diplomacia mundial trabalhando por interesses comuns. Um grande representante desse organismo serão as Nações Unidas, está incentivará para que os estados-membros apresentem projetos e propostas e identifiquem diretrizes internacionais comuns nas mais diversas áreas para cooperarem entre si. Nasceu de consenso que o dia 24 de abril, seria o Dia Internacional do multilateralismo, o mesmo foi homologado e aprovado oficialmente por uma Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. Ao longo do tempo, estas propostas tornaram-se unilaterais, pois, o poder econômico e político de ocidente e Europeia conseguiram subordinar outros povos a seu favor. Portanto, foi perdendo prestígio, também nasceu a necessidade de reestruturar esta organização ambígua³.

Foi celebrado no 24 de abril, o Dia Internacional do Multilateralismo, o mesmo foi aprovado oficialmente por uma resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, porém, na prática o multilateralismo está percorrendo um caminho totalmente distinto com os países não ocidentais, pois, existe um empenho de preservar os valores que se orientem numa perspectiva socialista e não capitalista.

Efetivamente, nosso tempo possui uma característica muito peculiar, cada dia torna-se mais evidente as dificuldades que os povos tem para satisfazer as suas necessidades fundamentais, em todos os cantos do globo encontramos a supressão e as inúmeras dificuldades de uma convivência pacífica; cenas de irracionalidade se desenvolvem na vida cotidiana; há uma imensa necessidade de comunicação distorcida e falsa sobre a realidade compartilhada; instaura-se um estado de negação e fuga da realidade; os meios de sociabilidade que deveriam trazer e promover a cultura a níveis emancipatórios são instrumentalizados em favor da candidez e obscurantismo. Dir-se-á que esta realidade não é localizada, mas, é consoante às diferentes nações e povos. Os historiadores e sociólogos analisam este processo como sendo um período de transição de uma época para outra; o mundo moderno está num profundo declínio. Talvez seja oportuno observar a seguinte colocação:

Em nossa época, tornou-se cada dia mais evidente o grau em que a sociedade encontra limitações e sérias dificuldades de reproduzir a vida humana, seja na esfera econômica, política, cultural etc., o ser humano, de modo geral, não encontra espaços sociais que permitam uma sociabilidade para o desenvolvimento de suas potencialidades e emancipação humana. Tanto a sociedade de forma geral quanto as instituições funcionam em atendimento ao mercado e não às necessidades das pessoas. O próprio conhecimento objetivo sobre a realidade foi substituído pelo engano, certamente, essas formas não são equivocadas, fazem parte do período no qual se encontra o capital. E para afirmar essa visão de mundo, todos os instrumentos de formação ideológica trabalham incessantemente, dia a dia. Os jornais, a televisão, os políticos de direita e de esquerda, os intelectuais e, por fim, a igreja, todos os aparelhos (Escobar, 2024: 96-97).

³ Ambígua porque caminha numa direção totalmente distinta daquilo que defende, em outras palavras, há um provérbio chinês que critica de forma satírica aqueles que querem uma coisa a fazem o oposto, ele diz: “*Querer ir para o Sul com a carruagem que segue para o Norte*”.



É nestas contradições que se coloca a possibilidade de organizar as relações de trabalho de uma forma totalmente distinta, este novo multilateralismo possui como proposta fundamental, o desenvolvimento das nações de uma forma sustentável e compartilhada, os países asiáticos multiplicam estas expectativas. Um passo importante foi a criação do Bloco dos BRICS em 2006, o mesmo surge como um mecanismo internacional de cooperação econômica, social, cultural, tecnológica, entre outros para possibilitar, a escala mundial, a convergência de desenvolvimento em todas as esferas da dimensão social. Portanto, dados atuais demonstram que as próprias condições favorecem o surgimento deste novo poder multipolar e de consenso, ele, veio para permanecer.

Segundo o professor e pesquisador, Lejeune Mirhan (2022), indica que através de uma análise histórica, torna-se possível notar a consolidação de um pensamento no qual a organização econômica, política, cultura, tecnológica, etc., são o fundamento da cooperação multilateral, tornou-se um instrumento que favorecem todas as partes, os interesses que são comuns são favorecidos e contemplados na sua totalidade. Inclusive no campo do direito internacional e ambiental nascem acordos de sustentabilidade, estes visam à prevenção e à utilização, de forma racional, dos recursos de todas as nações e povos. São propostas e ações que tem uma sustentabilidade real e prática por todos os membros que compõem esta nova forma de organização internacional. Afirma, também o autor que, o modo de produção capitalista (monopolista e financeiro) orienta os Estados centrais a aplicar sanções aos estados periféricos para poder partilhar o mundo em áreas de influência, isto é, na fase de seu declínio, os países de ocidente e parte da Europa articulam forças para se sobrepor aos demais países através do campo econômico, político e militar. Entretanto, para enfrentar estas arbitrariedades e descontento, os países emergentes vão criando multilateralismo regional, principalmente no contexto da Rodada de Uruguai e a instauração do OMC (Organização Mundial do Comercio) em 1995.

A grande crise de 2008 produzirá grandes modificações, principalmente, acordos econômicos serão alterados e as barreiras alfandegarias passaram a operar com grandes restrições, procurando taxar produtos importados e favorecer a indústria interna, Brasil, Índia, China, entre outros, sofreram os efeitos destas medidas recessivas, tornando os processos de negociação muito difíceis, dada a multiplicidade de interesses em jogo e do intercâmbio internacional. Um pesquisador e estudioso sobre este assunto, assim se posiciona:

Com o advento das organizações internacionais, os Estados perderam o monopólio da condução das relações internacionais, e não podem ignorar ou negligenciar os esforços de tais organizações em assegurar o respeito e a observância das normas de direito internacional. Pela via do multilateralismo, no seio das organizações internacionais, os Estados mais vulneráveis buscaram mitigar até certo ponto suas preocupações desiguais fáticas. E pela mesma via do multilateralismo todos os Estados passaram a buscar, conjuntamente, a realização de objetivos comuns (Trindade, 2003: 726).



É exatamente por essa razão que, uma nova configuração fosse gestando ao longo do tempo e novos blocos econômicos emergiram com bastante força e determinação, hoje eles são vistos como uma alternativa viável para um desenvolvimento econômico e social.

De um modo geral, as colisões do velho multilateralismo fomentaram, de muitas formas, o curso do desenvolvimento de um novo multilateralismo intitulado e reconhecido como mundo multipolar. Este acha-se em luta permanente, primeiro contra as economias ocidentais, mais tarde contra os setores europeus mais conservadores cujos interesse econômicos e políticos entram em contradição com o progresso industrial e tecnológico, sobretudo, procuram boicotar e retardar esse processo de desenvolvimento dos países que adirem a estes blocos em franco desenvolvimento.

À luz das considerações feitas, devemos observar que a raiz da crise do multilateralismo do passado, reside na sua essência do antagonismo entre o caráter social da riqueza e o caráter privado de seus resultados. Portanto, as relações multipolares visam a superar essas contradições, direcionando os recursos em favor de atividades produtivas e distanciando-se dos setores especulativos e dos setores de especulação financeiras que nada aportam para um desenvolvimento sustentável a não ser suprimir os imensos avanços alcançados até o presente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar estas pequenas reflexões sobre a educação e o multilateralismo, podemos afirmar sem medo de errar que, a emancipação social está no projeto desta nova força econômica, ela coloca em xeque as antigas economias ocidentais e europeias, desse modo, aqui apresentamos uma introdução preliminar sobre esse assunto, certamente, coletivizaremos as outras partes pesquisadas e estudadas. Aprendemos aqui que ao debruçarmos sobre a história podemos apreender um pouco mais de nós mesmos, pois, nos tornamos contemporâneos deste processo que se desenvolve diante nossos olhos e na vida cotidiana, portanto, é fundamental para a construção de um projeto que implique a emancipação tanto para os dias atuais quanto para um futuro próximo, isso implica uma posição.

No passado, as sociedades enfrentaram inúmeros dilemas, porém, de uma forma ou outra, os homens que viviam essas épocas serão os arautos dessas transformações que diretamente ou indiretamente influenciaram nosso presente, nós como eles, certamente num futuro próximo, deveremos saber e projetar um devir que permita condições supinas de educação e de nossa própria condição material de vida. Sabemos que a produção de conhecimento surgiu como uma forma exclusiva de preservar os saberes produzidos pela interação coletiva de práticas sociais. No entanto, com o surgimento das classes sociais e a divisão social de trabalho, eles perderam seu propósito original para tornar-se instrumento de discriminação e controle social.

As mudanças que estão acontecendo na atualidade exigem ações que levem em conta a emancipação das pessoas. A ampliação do acesso às informações digitalizadas poderia aumentar significativamente as



habilidades humanas, porém, certas classes têm interesse em esconder as estruturas que perpetuam as desigualdades sociais. No lugar desse velho hábito, devemos compreender que há alternativas de um pensamento social que evidencia caminhos para a evolução e o crescimento humano de qualidade e, ao mesmo tempo, indica que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento do coletivo.



REFERÊNCIAS

BERGER, Peter & Luckmann Thomas. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento; tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis, Vozes, 1985.

CHAUÍ, Marilena. Simulação e Poder: uma análise da mídia. Editora: Fundação Percecu Abramo. São Paulo, 2006.

ELIOT, Thomas. Stearns. Notas para a definição de cultura. Tradução de Eduardo Wolf. Editora: Realizações. São Paulo, 2011.

ENGELS, F. Do socialismo utópico ao socialismo científico. Tradução: Roberto Gold Korn. 3ª edição. Editora: Edipro, São Paulo, 2023.

ESCOBAR, Edgardo N. Escobar. Ensaio sobre o processo da colonização e da educação: Brasil e EUA – a fase de um mesmo processo histórico. Editora: Appris. Curitiba, 2024.

LUKÁCS, G. Sociologia. Tradução: José Paulo Netto; Carlos Nelson Coutinho. Editora: Ática, São Paulo, 1981.

LEJEUNE, Mirhan. Atualidade da luta anti-imperialista. Editora: Apparte, São Paulo, 2022.

MARX, K. Para a crítica da economia política; Salário, preço e Lucro; O rendimento e suas fontes. Tradução: Edgar Malagodi ... [et al.]. São Paulo. Editora Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, István. O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico. Tradução: Ana Cotrim, Vera Cotrim. Editora: Boitempo, São Paulo, 2007.

SAVIANI, Demerval. Pedagogia Histórico-Crítica. 11ª edição. Editora: Autores Associados, Campinas, São Paulo 2013. P.137.

TOCQUEVILLE, A. O antigo regime e a revolução. Trad. De Yvonne Jean. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2ª ed. 1982

TRINDADE, Antônio A. Cançado. Direito das Organizações Internacionais. 3ª edição. Belo Horizonte. Editora: Del Rey, 2003. P.726.